

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 25 de maio de 2022 - Ata n.º 47.

Aos vinte e cinco dias do mês de maio de dois mil e vinte e dois, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, às nove horas e trinta minutos, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.^º Secretário) e **Gilson de Souza** (2.^º Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **47.^a Sessão Ordinária da 4.^a Sessão Legislativa da 19.^a Legislatura.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta quarta-feira. Solicito ao Sr. 2.^º Secretário, Deputado Gilson, que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR. 2.^º SECRETÁRIO (Deputado Gilson de Souza – PL): Sim, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior, n.^º 46, de 24 de maio de 2022.) Era isso o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Em discussão a Ata que acaba de ser lida. **Ata aprovada.** (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o 1.^º Secretário se há Expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Sim, Sr. Presidente. Senhor Presidente, recebemos o **Ofício n.º 2207/2022** da Presidência da República, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 1451/2022, da Comissão Executiva desta Assembleia Legislativa, expediente assinado pelo Presidente Ademar Traiano, por mim como 1.º Secretário e pelo Deputado Gilson de Souza como 2.º Secretário, e assinado por uma grande parte dos Sr.^s Parlamentares, onde manifestamos apoio à indicação do Desembargador Federal Fernando Quadros da Silva, do Tribunal Regional Federal da 4.^a Região, para o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça. E recebemos do Gabinete pessoal do Presidente da República, informando-nos que os referidos documentos foram encaminhados à Secretaria de Governo e à Subchefia para assuntos jurídicos da Secretaria Geral da Presidência da República. De qualquer forma, enviamos isso no final da semana passada e já recebemos por parte da Presidência da República uma resposta afirmativa, sinal de que o manifesto que fizemos aqui, de apoio à indicação pelo Presidente da República de um Ministro paranaense para o STJ, no caso o Dr. Fernando Quadros, surtiu o efeito que esperávamos, porque efetivamente está lá na Presidência da República o manifesto feito por esta Casa em apoio ao Desembargador Fernando Quadros. Era isso, Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Passamos ao horário do Pequeno Expediente. Primeiro orador inscrito, Deputado Galo.

PEQUENO EXPEDIENTE: Usaram da palavra os Sr.^{os} Deputados: Galo; *Marcio Nunes; Soldado Fruet; Michele Caputo; Soldado Adriano José; e Bazana.*

DEPUTADO GALO (PP): Senhor Presidente Turini, nosso médico no comando dos trabalhos, Deputado Romanelli, Deputado Gilson, Sr.^{as} Deputadas, Deputados e você que está aí na TV Assembleia acompanhando. Vamos começar o *cacete!* Vamos dar uma arregaçada! Insano, insano, tem que fazer um exame no Ex.^{mo} Sr. Prefeito desta cidade, Rafael Greca. Tem que mandar ele para fazer o exame para ver o que está acontecendo na cabeça do Prefeito Rafael Greca. Não é possível!

Instalando equipamentos, equipamentos para ferrar – eu, você e todos que somos usuários do trânsito nesta nossa cidade Curitiba. Não consigo entender como que um homem inteligente, preparado, com doutorado, a demonstração de ser um querido – no passado –, como ser humano continua sendo uma pessoa, acredito, que boa, mas como Prefeito desta cidade é fraco, muito fraco, porque ele, Prefeito da cidade, não está olhando para a população! Greca, você não está vendo o tamanho do desemprego? Será que V.Ex.^a não tem informações ou a sua equipe não lhe passa detalhes do que ocorre dentro desta cidade? Ora, Sr. Prefeito, a cidade está assustada com o tal do *flash: tic-tic-tic-tic-tic...* *flash aqui, flash aqui!* Todo mundo: O que está acontecendo? Alienígenas! Sim, deve ser um alienígena gregoriano ou grecariano ou coisa que o valha. Quero agradecer a presença do Vereador e da Vereadora na Câmara Municipal de Curitiba, Denian Couto. Ponto para você, Vereador, porque você está acordando como Vereador, vai para a rua para pedir uma CPI dos Radares. Ponto para você, Denian Couto. Ponto também para a Ex.^{ma} Sr.^a Vereadora, a esposa do Francischini, perdoem-me, fugiu-me o nome dela se alguém puder me auxiliar? A nossa querida Flávia, Vereadora Flávia, V.Ex.^a é de primeiríssima qualidade, porque a senhora, neste momento, faz o que o povo quer saber: para onde vai? Qual é o destino de tanta arrecadação? E lá vem ele, quem vem lá? É o povo, é o povo! *Quero dinheiro!* Parece teatro, não é teatro. Faça uma pesquisa Ex.^{mo} Sr. Prefeito Greca. Primeiro recomendo para a sua boa saúde, faz um exame da *cachola*. Vossa Excelência não está respeitando o voto. Aliás, o senhor está acima da Lei. Esta Casa votou uma Lei, aprovou no Plenário, que é soberano, o Ex.^{mo} Sr. Governador sancionou a Lei e o Greca? E o Greca? Acima! Não estou nervoso, estou indignado. Quero mostrar para vocês aqui: está quebrado realmente o púlpito, está quebrado igual o Greca quer quebrar o povo. Aqui, oh, quebrou! Igual o povo. Para fechar o assunto: não existe a menor possibilidade de permanecermos com essa condição de *status quo* de sermos multados toda hora, a todo instante. Isso tem que acabar! Com o acordo da Câmara de Vereadores, com o Denian e com a nossa querida Flávia, estamos ficando mais fortes. O pronunciamento do meu amigo Deputado Lemos, dias desses, falando também dessa questão de radares, nos fortalece. Se

conversarmos com a população na rua, nos fortalece. Fortalece o quê? Dignidade para o nosso povo. Excelentíssimo Sr. Rafael Greca, peço a V.Ex.^a que tenha excelentes médicos, faça um exame. Não, vamos deixar o médico de lado, converse com Deus. Sei que você é cristão. Então, converse com Deus e pergunte assim: Deus querido... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Galo, por favor, para concluir.

DEPUTADO GALO (PP): Greca, a sugestão de oração: Deus querido, Curitiba, estou fazendo certo? O senhor vai ver que Deus vai te responder, você vai sentir no coração. O que vale é o povo. Por favor, respeite esta população. Chega de radares ferretivos ou ferrativos! Vamos colocar radares educativos. Alguém já ouviu falar em radar educativo? Ele não arrecada. Já que pagamos tantos e tantos e tantos impostos. Nobre Presidente Turini, vida longa, Turini! Bom dia a todos!

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Próximo orador, Deputado Marcio Nunes.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Presidente Tercílio Turini, nosso Líder Marcel Micheletto, Deputado Romanelli, Gilson, senhoras e senhores, meus amigos. Bom, dirijo-me a esta tribuna, no dia de hoje, para três curtas falas aqui no Pequeno Expediente. Primeiro, agradecer ao Deputado Lemos que, aqui na entrada, disse-me que recebeu várias menções de apoio à nossa fala, no dia de ontem, em defesa dos pequenos municípios. Romanelli, para minha surpresa, foi a maior repercussão na história das minhas redes sociais. Nunca fui tão apoiado na minha vida. Sempre quando fazemos uma fala, são três, quatro, cinco comentários. Centenas e milhares de comentários não de apoio a mim, apoio ao projeto de apoio aos municípios do Estado do Paraná, em todos os programas. Seja o programa Água no Campo, que leva água para as comunidades rurais; seja o programa Parques Urbanos, o programa de conservação do solo e da água, que é o maior programa do Brasil, os 100 parques urbanos; seja na Patrulha Ambiental por meio do caminhão pipa, caminhão limpa fossa, caminhão poliguindaste para

coleta de entulhos, caminhão de reciclagem, caminhão compactador de lixo, enfim, todos os programas. Segundo, ontem, na tarde de ontem, reuniu-se, por meio do seu Conselho, a Associação dos Municípios do Paraná, presidida pelo Prefeito Júnior, e por unanimidade, unanimidade, a Associação dos Municípios do Paraná, que representa todos os municípios do Estado, resolveu entrar com a ação de *amicus curiae* com o Juiz Federal da 1.^a Vara, dizendo que os projetos do Governo do Estado atendem a todos os pequenos municípios, Nelson Luersen. Então, os Prefeitos todos, por unanimidade, decidiram entrar com uma ação judicial se manifestando favorável a todos os municípios, que todos os municípios, V.Ex.^a sabe, que é um Deputado municipalista, todos os municípios serão beneficiados. Então, é uma alegria muito grande ver que todos os municípios do Paraná reconhecem o programa do Governo e, além do que, o que a turma fala, que tem que estudar, que tem que debater, para nós o debate é com aqueles que foram eleitos pelo povo, que o Prefeito, os Vereadores representam a população. Ou para que serve a eleição? Então, é uma pena que aqueles que são eleitos para representar o povo, às vezes, Prefeitos, Deputados, Vereadores entendem que não representam a população, mas, então, os Prefeitos tomaram uma decisão interessante. E a terceira coisa: no dia de ontem, infelizmente, um Deputado fez uma menção a minha ex-funcionária Dr.^a Fabiana Campos. Uma menção pessoal à Diretora-Geral da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Turismo, inclusive uma profissional de altíssimo gabarito, altíssimo nível, que é uma pena que não tenhamos mais pessoas do gabarito da Dr.^a Fabiana Campos trabalhando pelo Estado do Paraná. E ela que vem da iniciativa privada, trabalhou na Fiep por muitos anos, professora universitária, altamente gabaritada, e ele fez um comentário que ela só estava lá porque era esposa do Deputado Romanelli, e isso não é verdade. Fabiana Campos foi minha funcionária lá na Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e Turismo, como foi Diretora da Secretaria da Educação, Diretora-Geral, porque tem altíssima competência, e só não está trabalhando nesta Casa, comigo, porque é casada de papel passado com o Romanelli e aí não pude trazê-la aqui para Assembleia, mas pode ter certeza de que se pudesse teria trazido a Fabiana Campos para trabalhar comigo aqui,

porque é uma excelente servidora pública. E ficou lá na Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e Turismo, a pedido do Governador Ratinho Junior, pelo brilhante trabalho que fez nesta Secretaria. Toda parte burocrática da Secretaria é missão do Diretor-Geral e ela, como Diretora-Geral, fez um trabalho exemplar lá na Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e Turismo. Se hoje os programas da Secretaria são aplaudidos e recomendados por todos os Prefeitos do Paraná, esse atendimento excelente é pelo grande trabalho da Fabiana Campos. Com certeza não fazemos nada sozinhos. E, no meu caso, em especial, a Fabiana Campos foi meu grande braço direito e tem sido agora o grande braço direito do Presidente, do Everton Souza, na condução desta Secretaria. Uma pessoa de capacidade total e, acima de tudo, de idoneidade ilibada. Agora, não é repreender o Deputado de Maringá, o Homero... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Marcio, por favor, para concluir.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Mas acho muito chato quando a pessoa se refere a uma pessoa e vem aqui..., parece que está virando uma briguinha de futrica, fuxiqueiro. Sabe? Acho que fuxico: Ai, por que a tua mulher isso... Ai, por que o teu irmão aquilo... Pelo amor de Deus, vamos parar de fuxico porque o povo não paga nós para ficar de fuxico, o povo quer que trabalhemos. Muito obrigado! Felicidades! Fique com Deus!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Não querendo também partir para a defesa, mas é importante que façamos aqui um comentário em relação à manifestação pessoal. Acho isso também de uma indelicadeza que não há como mensurar. A nossa querida Fabi é uma mulher extremamente competente, doutora em tudo aquilo que faz e merece o nosso respeito e do Poder Legislativo. Com a palavra, Deputado Soldado Fruet.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Senhor Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados, amigos que nos acompanham por meio das redes sociais, da TV Assembleia, um bom dia! Insano, Deputado Galo, insano é o Governador,

incompetente é o Governador, porque ele distribui *fake news*, notícias de que a criminalidade está baixando no Estado do Paraná. *Fake news!* Vou explicar por quê. Está baixando é a questão da denúncia no Estado do Paraná. Vejam bem, senhoras e senhores, a região da 15.^a SDP, da Delegacia da Polícia Civil, abrange alguns municípios na região de Cascavel. Hoje, Boa Vista da Aparecida, Capitão Leônidas Marques, Catanduvas, Lindoeste, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste e Três Barras do Paraná, lá o bandido não rouba depois das 18 horas. O vagabundo, desculpa, pode tirar das taquigráficas aí, mas aqueles marginais que batem nas suas mulheres, violência doméstica, eles não fazem depois das 18 horas. Sabem por quê? Porque não tem delegacia depois das 18 horas. Não tem delegacia no feriado. As delegacias são fechadas nos finais de semana e após as 18 horas. Então, põe lá na mídia: baixou a criminalidade. Mentira! Não tem como uma pessoa que sofre uma violência doméstica, em Três Barras do Paraná, por exemplo, que são 70, 80 quilômetros de Cascavel, a Polícia Militar faz o trabalho dela, pega a vítima, leva para a delegacia, pega o autor, leva para a delegacia, e a Polícia Militar tem que voltar para a cidade, e aí a Polícia Militar, para voltar para cidade, fica em uma fila dos outros fragrantes, que Cascavel é grande, tem outros fragrantes, tem que ficar na fila. Perde em média seis, sete, oito horas esperando ser ouvido pelo Delegado, para daí voltar para a cidade. E a vítima? A vítima que se vire para voltar, porque o polícia não pode trazer de volta. Então, insano é o Governador Ratinho Junior, que fica aí divulgando *fake news*, dizendo que a criminalidade está abaixando no Estado do Paraná. É claro que está abaixando, não está tendo ocorrência porque não estão sendo registradas as ocorrências! Sabemos o problema, o problema é efetivo, não tem Delegado, não tem Escrivão. O problema já sabemos! Queremos saber é da solução, e quem tem a solução é o Governador do Estado do Paraná, é ele quem pode mandar contratar ou descontratar. Nós, Deputados aqui, as Deputadas que estão aqui, diversos Projetos de violência contra a mulher, já votamos aqui muitos Projetos, levantamos esta bandeira, mas não adianta ficar aqui na Assembleia, tem que ser lá na rua. E como que vamos combater a violência contra a mulher se não tem efetivo para combater? Então, insano é o Governador Ratinho Junior. Está aberta

aqui uma CPI da Segurança Pública, parece-me, pelo que me lembro, faltam uma ou duas assinaturas! Então, vamos lá, se o Governador não resolve, vamos nós Deputados resolver este problema. O que está acontecendo? Por que não há contratação de Delegados e Escrivães? Está matando, muitas cidades pequenas não têm Delegacia, foram fechadas. Não sei quem foi o inteligente que fechou as Delegacias e centralizou nas grandes, aí acumulam os flagrantes! A equipe do policial militar que leva o flagrante para ser ouvido em Cascavel, por exemplo, fica lá e a cidade fica desassistida, não fica ninguém! Então, não estamos resolvendo o problema, pioramos! O Governo piorou, ele conseguiu piorar a segurança pública. Então, com todo o respeito aqui, Sr. Presidente, temos que ter mais respeito com as pequenas cidades. O problema está aí, sabemos do problema, mas quem pode resolver? O Governador do Estado do Paraná. Três anos e meio e este problema só aumentou e nada se resolveu! Quantos Delegados foram contratados? Quantos Escrivães foram contratados? Pergunto para vocês: Quantos policiais militares foram contratados neste Governador que aí está? Nenhum. Nenhum! Então, vem aí propagandear que está diminuindo as estatísticas! Mas é claro, a mulher não tem condições de ir lá registrar uma queixa, porque como ela vai voltar? Vai voltar com o agressor? Se o agressor for liberado, vai voltar junto? Então, é isso o que está acontecendo, Sr. Presidente. Então, peço atenção à Liderança do Governo, que chegue este recado ao Governador Ratinho Junior e que se resolva isso! Cidades pequenas estão sofrendo com a falta de segurança pública, graças ao insano deste Governador e à incompetência desta segurança pública... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vossa Excelência deseja usar o minuto que resta ainda, Deputado?

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Não senhor! Está bom.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Michele Caputo.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Bom dia, Presidente Traiano, demais membros da Mesa, Deputadas, Deputados e todos que nos acompanham. Só gostaria que o que vou falar agora não fosse entendido como uma crítica, mas como um sinal de alerta de algo que avançamos muito aqui no Paraná, que tive orgulho de participar ativamente desse processo que começou uma tendência perigosa de queda. Então, o meu alerta vai ser nesse sentido, não fazer a crítica pela crítica. Não faço isso! Hoje, 2.807 pessoas neste Estado aguardam por um transplante de órgão. É a quarta maior fila de espera do País. Houve aumento de 20% nos últimos dois anos – em 2020 eram 2.252 pessoas. Perdemos o primeiro lugar no *ranking* de doações e também de transplantes de órgãos – de doações perdemos para Santa Catarina e de transplantes para o Distrito Federal. O que está acontecendo? Em 2018, fomos líderes nacionais nesses dois *rankings*, no ranking da doação e no *ranking* do transplante. Em 2018, batemos o recorde de doações de órgãos, 540 captações. De lá para cá, o desempenho caiu – em 2019, ainda não tínhamos Covid, 497; em 2020, 475; em 2021, 412. Isso significa 23% a menos. Estou colocando esses números e esses percentuais porque senão parece: *Ah, mas segundo lugar é bom, Michele! É medalha de prata*. O problema é a tendência sistemática há mais de três anos de queda, três anos de queda e uma queda muito acentuada. E quando falamos de queda com relação a transplantes, estamos falando de vidas, de qualidade de vida, de expectativa de vida, de tempo de vida. No ano de 2010, o Paraná tinha 6,8 doadores por milhão de população; saltamos esse número em 2018 para 47,7, liderando o *ranking* de doações do País, como mencionei, saímos de 10.^º para 1.^º. Não podemos retroagir nisso! Também, se fossemos um País, se o Paraná fosse um País em 2018, o desempenho nosso nessa área nos colocaria na frente inclusive da Espanha, que é o primeiro país do mundo com relação ao sistema de transplante. E esse trabalho envolveu o fortalecimento do sistema estadual de transplante de órgãos, investimento na estrutura de hospitais, fortalecimento das comissões que procuram ativamente as doações, o HospSus, que foi uma parceria com os hospitais estratégicos públicos e filantrópicos, capacitação permanente de profissionais da saúde que são envolvidos nessa rede, porque temos bons

profissionais, e a implantação do Aeromédico, das cinco bases do Aeromédico, com helicópteros e aviões também a serviço do sistema estadual de transplante. Mas estamos perdendo esse protagonismo para Santa Catarina, para o Distrito Federal e, se a tendência continuar, talvez até possamos cair ainda mais. Não desejamos, não esperamos e espero que este alerta fortaleça tudo isso! O que precisamos fazer? Não dá também para só falar da pandemia, porque a pandemia afeta, mas afeta o País inteiro, o mundo. Então, esses argumentos de queda afetaram o País, mas outros estados buscaram, fortaleceram e avançaram em doações e nos transplantes. O que propomos? Propomos que os helicópteros e aviões envolvidos no Aeromédico, já falei isto aqui rapidamente, também operem durante a noite. Para operar, é só aumentar o contrato – isso é pouco recurso; colocar helicópteros biturbinados e não os monoturbina que temos hoje; e os heliportos estratégicos, custa 200 mil em torno para fazer homologação para subida e descida noturna. Isso é... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Michele, por favor, para concluir.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Concluindo, Presidente. Então, tem essa questão. Reforçar o processo de capacitação das equipes. Hoje dá para fazer presencial, dá para fazer remoto, dá para usar a tecnologia da informação. Atualizar os recursos de custeio para incentivo à procura de potenciais doadores. E, obviamente, uma campanha de mídia poderosa com relação à conscientização da doação, porque a doação é um ato da pessoa e da família que salva vidas. Um abraço. Bom trabalho a todos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Soldado Adriano José.

DEPUTADO SOLDADO ADRIANO JOSÉ (PP): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas e público que nos assiste, subo à tribuna para tratar de um assunto extremamente delicado, extremamente preocupante para esta Casa de Leis. Está sendo proposto aqui na Assembleia Legislativa, por parte do

Deputado Tadeu Veneri, do PT, um Projeto de Lei que me causa muita preocupação, que trata sobre a instalação de câmeras de vídeo e áudio nas viaturas e uniformes da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Defesa Civil. Então, penso que esta Casa de Leis tem que estar atenta, em alerta, para esse Projeto de Lei. Primeiro, porque o Poder Executivo não precisa ser autorizado por lei para que ele crie qualquer tipo de política nesse sentido. Segundo, alguns estados abortaram essa ideia de querer a implantação de câmaras em fardamentos da Polícia Militar, da Polícia Civil e em viaturas, por conta do valor. Hoje, o custo de apenas 500 câmaras, se fossem instaladas, daria um valor de 21 milhões. Isso porque estamos falando em 500 câmaras. Se isso fosse implantado em viaturas, Polícia Civil, agentes de segurança socioeducativos, policiais militares e policiais penais, esse valor seria muito além. A polícia em Pernambuco, quando eles levaram essa ideia lá para o Estado, eles tiveram incríveis investimentos de 839 milhões e acabaram desistindo dessa ideia também. Além do que estudos científicos comprovam por uma universidade da Austrália, que lá no país, quando isso foi implantado, acabou acontecendo um despolicimento, desencorajou os policiais a fazerem o enfrentamento à criminalidade, aumentando o número de criminalidade. A polícia já não quis mais atender a chamadas, abordagens, até mesmo a troca de tiros. Recentemente tivemos um episódio onde dois policiais rodoviários federais foram mortos covardemente, justamente por terem naquele momento, pode-se dizer, medo de ter agido contra um marginal, por ter esse sistema implantado no seu fardamento. Dizer que os policiais militares aqui do Estado do Paraná, os policiais civis, os policiais penais, os agentes de segurança socioeducativo, a Polícia Científica, eles são exemplos para o Brasil, prestam um trabalho de muita excelência e de muita qualidade. Temos tantas outras pautas que são importantes para esses profissionais, para que eles continuem prestando esse trabalho de excelência, como, por exemplo, plano de carreira, avanço na carreira, jornada de trabalhos, descontos previdenciários abusivos, reestruturação de salário, pautas que julgo importantes e que não vejo Deputados que apresentem projetos nesse sentido para a instalação de câmaras nos uniformes da polícia, no fardamento da Polícia Militar, trabalhando junto ao Governo para

melhorar as condições dos nossos profissionais da segurança pública, aqui no Estado do Paraná. Agora, com projetos demagogos e hipócritas nesse sentido é o que mais vemos. Realmente, um desserviço para a Polícia Militar, para as Forças de Segurança e um desserviço para a população paranaense. Então, peço para que esta Casa fique atenta a esse Projeto de Lei e não levemos isso adiante. Na Comissão de Segurança Pública fui relator do Projeto e relatei pela reprovação, pela não aprovação desse Projeto absurdo aqui na Assembleia Legislativa. Seria isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputada Bazana.

DEPUTADO BAZANA (PSD): Bom dia, Excelentíssimo Presidente Traiano, demais membros da Mesa. Bom dia, aos nobres Deputados e Deputadas. Hoje, venho aqui parabenizar, parabenizar uma entidade muito importante tanto de Curitiba, como para a região, a Afece, que é a Associação Franciscana do Ensino ao Cidadão Especial. Essa associação é comandada lá pela Presidente Jaqueline e pela Diretora Maíra, enfim, por esses funcionários maravilhosos que trabalham nessa entidade. Nessa semana tive a honra de participar ali da inauguração do Lar de Assis. O Lar de Assis, Sr.^o Deputados, é um local que vai acolher a pessoa com deficiência, órfão, aqui em Curitiba. É uma casa muito bem equipada e preparada para poder dar dignidade a esse ser humano tão especial, que perdeu a sua família e não tem onde morar, que hoje vai poder ser acolhido no Lar de Assis. Então, vale muito à pena conhecer, os Deputados que não conhecem esta Casa, também darem apoio, para que possamos ter um lar muito bem amparado. Também recebi nessa semana no meu gabinete o Doutor Edson Higa. O Doutor Edson Higa, que é o nosso popular dentista, trouxe-nos uma demanda atinente na defesa da pessoa com deficiência, Síndrome de Down e Transtorno do Espectro Autista, que são os pacientes que ele atende ali no seu consultório. Na condição do Coordenador da Frente Parlamentar de Defesa das Pessoas com Deficiência, Síndrome de Down e Transtorno Espectro Autista, recebi do Doutor Edson Higa um apelo para que olhássemos com atenção uma situação que envolve uma

possível afronta nos direitos previstos na Lei Brasileira de Inclusão. O nosso gabinete está analisando a documentação, que nos foi apresentada, para avaliar de que forma é possível a intervenção nesta Casa de Leis, na mediação do conflito existente na tutela dos direitos garantidos pela Lei Brasileira de Inclusão. Conclamamos aos demais membros do Criai e também da Comissão dos Direitos Humanos, para que façam esse trabalho de forma conjunta com o nosso gabinete, com a Frente Parlamentar, ante ao valoroso trabalho prestado pelo Doutor Edson Higa, que promove a verdadeira inclusão dos seus pacientes, por meio de um atendimento digno, sem distinções, práticas sedativas ou quaisquer outras técnicas que possam ampliar o sofrimento dos nossos pacientes. Então, quero dizer ao Doutor Higa que estamos juntos nessa caminhada. Vamos fazer essa conciliação para que esse atendimento, Doutor, possa continuar e você possa dar um atendimento que poucos dentistas conseguem fazer. Você tem esse nosso respeito e vamos intermediar com certeza esse seu trabalho, com esse condomínio, dentro dessa situação que foi criada. Só isso, Presidente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Horário do Grande Expediente, Deputado Professor Lemos. O Deputado Romanelli declina e vai falar no horário da Liderança do Governo. Professor Lemos.

GRANDE EXPEDIENTE: Usou da palavra o Sr. Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, quero cumprimentar todos e todas, ao tempo que cumprimento a nossa população que acompanha esta Sessão de quarta-feira. Acompanhamos a preocupação de vários colégios no Paraná, com aulas por televisão e também estamos acompanhando as situações das escolas com funcionários terceirizados. Ontem apresentamos um requerimento solicitando a presença do Secretário aqui na Assembleia, para debater conosco, com os Deputados, essas preocupações. Foram 31 votos contrários, apenas oito votos favoráveis e que o Secretário venha dar explicações. Então, se não é convocação, pode ser um convite. Quero aqui solicitar ao Líder do Governo, Deputado Marcel Micheletto, para convidar o

Secretário da Educação para vir à Assembleia e possamos debater com ele. Pode ser na Comissão de Educação, pode ser aqui no Plenário, pode ser, mas os temas que estão preocupando as escolas também são temas que devem nos preocupar aqui na Assembleia. Esse é o Poder Legislativo. Foi aqui na Assembleia que foi aprovada uma lei, autorizando terceirizar a contratação de funcionários nas escolas. Se esta Assembleia não tivesse aprovado, o Governador não poderia estar terceirizando. Foi esta Assembleia que aprovou o Projeto para extinguir o cargo de funcionário Agente I e Agente II, permitindo ao Governador contratar 13 empresas e repassar o dinheiro da educação para essas empresas e elas celebrarem os contratos com os funcionários e colocar os funcionários à disposição das escolas, pagando menos do que o Estado pagava, contratou número menor de funcionários do que o Estado tinha contratado no passado, que eram 11 mil funcionários, agora são 8 mil, o Estado gastava 18 milhões, agora o Estado está gastando 30 milhões, com um número menor de funcionários, mas foi aqui na Assembleia que esse Projeto foi aprovado, por maioria aqui. Votei contra, a Oposição votou contra, mas os Deputados da Base do Governo votaram a favor disso. Isso está fazendo mal à educação do Paraná, fazendo mal a esses funcionários terceirizados, alguns não estão recebendo os salários em dia, e tem empresa que é de fundo de quintal, empresas falidas. Aquela empresa da região de Toledo ali...

Deputado Adelino Ribeiro (PSD): Dá-me um aparte, Deputado?

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): ... aquela empresa da região de Toledo, ela faliu em março, abandonou os funcionários, não acertou, não pagou, e as escolas estão sem funcionários. Deputado Adelino Ribeiro.

Deputado Adelino Ribeiro (PSD): Comungo com a ideia que temos que fazer esse debate, acho que é importante, acho que a Comissão de Educação desta Casa tem o poder de fazer essa interlocução, ir até o Secretário fazer esse trabalho. Também recebo, andando no Estado, passei em Tapejara dias atrás e uma zeladora me acolheu na saída: *Oh, Deputado, tem como o senhor interferir,*

porque estamos com o pagamento atrasado, a empresa deixou a desejar. Acho que esse trabalho tem de ser feito, passamos no mesmo dia, na mesma hora peguei e liguei ao Líder do Governo, pedi para fazer essa adentro ao Secretário Feder para tentarmos ajudar. Acho, participei muito tempo da Comissão de Educação com Vossa Senhoria e tivemos um diálogo sempre muito franco, e sempre fui Base do Governo, as pessoas me conhecem por ter muita posição aqui, então sempre fui Base do Governo e sempre tivemos um bom relacionamento e sempre transparência naquilo que levávamos à Comissão de Educação. É uma Comissão importantíssima, tem condições de fazer isso, não tenho dúvida de que os pares aqui que fazem parte da Base, e deve ter gente da Oposição nessa Comissão, que possa trazer essa clareza para nós, ao Secretário. É uma matéria importante, mas como é um período eleitoral e tem muita gente querendo usar desses artifícios de trazer o Secretário aqui para poder tirar vantagem política de um lado ou de outro, é a minha maior preocupação, mas estou à disposição para colaborar naquilo que for necessário.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Obrigado, Deputado Adelino Ribeiro. Vossa Excelência foi Presidente da Comissão de Educação, sempre fui membro efetivo da Comissão de Educação aqui da Assembleia, o Deputado...

Deputada Luciana Rafagnin (PT): Concede um aparte, Deputado?

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): O Deputado Hussein Bakri também foi Presidente da Comissão de Educação, e era Líder do Governo e o Secretário de Educação compareceu aqui algumas vezes tratando de temas que são importantes para a educação. Agora, o Deputado Marcel Micheletto é o Líder do Governo e também é o Presidente da Comissão de Educação. Também fiz essa sugestão na Comissão de Educação, e aí quero aqui mais uma vez solicitar ao Presidente da Comissão de Educação, ao Líder do Governo, para então convidar o Secretário da Educação para vir a esta Assembleia, pode ser na Comissão de Educação, para debatermos temas que estão preocupando as nossas escolas. E quando V.Ex.^a, Deputado Adelino, falou de Tapejara, Tapejara é a região de Pato

Branco, é aquela empresa, aquela firma, aquele *gato* que atende à região de Pato Branco, que foi contratado pelo Governador para contratar funcionários e colocar nas escolas, ele não está pagando em dia os funcionários da região de Pato Branco. Então, isso está errado, precisa ser corrigido. Deputada Luciana Rafagnin.

Deputada Luciana Rafagnin (PT): Obrigada, Deputado Professor Lemos. Quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e por essa preocupação que sempre tem e traz sempre a esta Casa, essa preocupação grande que temos com a educação do nosso Estado do Paraná. Parabenizá-lo pela iniciativa de trazer aqui o Secretário, e acredito que é necessário insistir na vinda do Secretário aqui, porque não encontramos respostas para aquilo que está acontecendo na educação do nosso Estado do Paraná hoje. Vemos um descaso total por parte do Governo do Estado, por parte do Secretário Feder, e no qual vemos o caminho, assim, da terceirização da educação do nosso Estado. Houve a demissão, então, dos PSS, hoje sentimos que muitas escolas ainda estão com falta de funcionários, porque não foram repostos esses funcionários, então existe falta, o trabalho está prejudicado nas escolas, em muitas escolas, e também já começa a dar preocupação essa questão da responsabilidade da empresa que hoje contratou esses funcionários e que está atrasando pagamento. São várias escolas reclamando disso e por isso não podemos concordar e ficar aqui calados, precisamos, sim, buscar, esclarecer à população do Paraná e de uma maneira especial aos funcionários, professores das escolas, para que possam entender o que está acontecendo, mas nem nós temos essa explicação, quem tem essa explicação e que nos deve essa explicação é o Governo do Estado do Paraná. Então, não podemos concordar com o que está aí, com esse desmonte da educação. E, sim, então, quero parabenizá-lo e dizer que somamos aí com a sua preocupação e na insistência de que realmente o Secretário venha aqui poder esclarecer tudo que vem acontecendo, ou o que não está acontecendo com a educação do nosso Estado do Paraná. Muito obrigada.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Eu que agradeço.

Deputado Tadeu Veneri (PT): Permite-me um aparte, Deputado Lemos?

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Pois não, Deputado Tadeu.

Deputado Tadeu Veneri (PT): Serei bem breve, só para, como V.Ex.^a já colocou, só para também fazer mais um relato. O senhor acompanhou e acompanhei também a situação dos funcionários da empresa, que, aliás, já fechou, de Cianorte. Eles foram obrigados a ir à frente do Núcleo de Educação para reivindicar que o Núcleo de Educação tomasse providências, porque estavam há três meses sem receber salários. Estive agora em Guaíra e a situação de Guaíra não é diferente. Algumas pessoas que trabalhavam, uma senhora de 63 anos que ainda continua trabalhando na parte de cantina, na cozinha da escola, eles eram em quatro funcionários, hoje só está ela, sozinha, os demais que estão sendo contratados, inclusive para fazer a parte de documentação, são meninas e meninos de 19, 20 anos, que às vezes ganham menos que o salário mínimo. Então, é mais uma história que não deu certo. Assim como não deu certo a escola militarizada, a terceirização do funcionário não deu certo, mas é um Projeto do Secretário Feder, e claro que daqueles que o apoiam, que em última análise, reduziram em 40% o efetivo da educação no Estado do Paraná. Acho que não pode deixar de registrar que o objetivo com as aulas remotas, com o processo de tudo o que está acontecendo, é reduzir de 30 a 40% o número de servidores da área de educação.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Obrigado, Deputado Tadeu Veneri. De fato, Cianorte é outro núcleo. Quando V.Ex.^a fala de Guaíra, Guaíra está lá no Núcleo de Educação de Assis Chateaubriand. Falava do Núcleo de Educação de Toledo, Núcleo de Educação de Cianorte, o Deputado Adelino Ribeiro falou do Núcleo de Educação de Pato Branco. Então, isso está se repetindo em várias regiões do Estado. Contrataram empresas, algumas de fundo de quintal, que não têm a menor condição, não entendem nada de escola, está um caos. E, pior, o dinheiro público está sendo jogado fora, porque está engordando as contas desses que são donos dessas empresas, são verdadeiros gatos. Falava aqui

ontem, trabalhei até os 28 anos na roça, e naquela época, Deputada Luciana, tinham os *gatos*, que com caminhões contratavam funcionários, trabalhadores rurais na cidade e levavam para as lavouras. Ora, o que está acontecendo com as nossas escolas? Tem 13 *gatos* contratados, em diferentes regiões do Estado, para contratar funcionários e levar para as escolas. Isso está errado, isso precisa ser corrigido, o Governador pode corrigir. Estamos chegando agora no mês de julho, férias, vai encerrar o período do primeiro semestre. Suspenda isso, faça o teste seletivo, contrate os funcionários diretamente pelo Estado. O Estado tem condições de contratar. Por que tem condições? Porque os Núcleos de Educação têm lá os funcionários que trabalham lá no RH dos Núcleos, tem 32 Núcleos de Educação, os 32 Núcleos têm RH, tem RH na Secretaria de Estado da Educação, só na Secretaria de Estado de Educação tem mais de 1.500 funcionários lá dentro. Então, não precisa terceirizar, transferir para empresas privadas contratar funcionários para trabalhar na educação. E a Assembleia Legislativa, exceto aqui os Deputados da Oposição, votaram para que isso acontecesse. Não pode lavar as mãos e fazer de conta que não está acontecendo nada nas escolas do Paraná, porque está acontecendo. Está um caos. Outro tema já tratado aqui, quero tratar de novo, é das televisões que estão dando aula para estudantes, em 445 colégios do Estado do Paraná, nas disciplinas específicas dos cursos profissionalizantes, é a Unicesumar. Bom, essa Unicesumar é uma empresa grande, então, é um *gatão*, um *gato* bem grande que está, por televisão, ganhando dinheiro. E está um caos também, porque esses estudantes não querem essas aulas, não estão aprendendo. Os pais estão reclamando. Os estudantes também estão reclamando. Pode, sim, dispensar esse *gatão* que é a Unicesumar e contratar o professor para entrar na sala, como sempre entrou. Não precisamos contratar Unicesumar para dar aula a distância para os nossos estudantes. Está errado isso também. E a Assembleia não pode lavar as mãos e assistir a isso como se não tivéssemos nada a ver com a nossa população que está lá nas escolas precisando do nosso apoio. Então, por isso o Secretário precisar vir aqui, não só para dar explicação, para dizer que dia vai mudar isso, porque não pode ficar como está. Então, para encerrar, quero aqui também falar que ontem, na Câmara de

Vereadores de Cascavel, teve um grande ato da comunidade de Cascavel, com os 21 Vereadores. E eles me mandaram um documento, com a OAB, com várias entidades de Cascavel, solicitando que não se feche lá, como fechou há um mês, o Cape... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, um minuto para concluir.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Então, Cascavel se levantou contra o fechamento, que o Secretário da Educação mandou fechar, e há um mês está fechado o Centro de Apoio Pedagógico Especializado do Núcleo de Educação de Cascavel, que atende, em média, a 450 crianças com deficiência. Crianças com dificuldades para aprendizagem. E eles fecharam. O que é um absurdo. Está lá funcionando, está funcionando e por que fechar? Isso vai atrapalhar as crianças que precisam desse centro especializado. Então, recebi dos 21 Vereadores de Cascavel uma moção, recebi da OAB e de várias entidades de Cascavel e da APP também da região de Cascavel um documento fundamentado importante e estamos apresentando hoje aqui um requerimento, peço apoio de todos, para que o Secretário e o Governador... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Seu tempo encerrou, Deputado.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): ... só para que reactive o Cape. Não dá para deixar Cascavel com o Cape fechado. Esse Centro de Apoio Pedagógico Especializado precisa voltar a funcionar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Registro a presença na Casa do Prefeito de Xambrê, Sr. Décio Jardim, e do Vereador Edson Botelho, por solicitação dos Deputados Soldado Adriano José e Marcio Nunes; do Prefeito de Brasilândia do Sul, Alex Antonio Cavalcanti, e do Secretário de Governo Leônidas Mendes, também por solicitação do Deputado Marcio. Com a palavra, Deputado Tadeu Veneri.

HORÁRIO DAS LIDERANÇAS: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Tadeu Veneri (PT); Plauto Miró (UNIÃO); Ricardo Arruda (PL); Luiz Claudio Romanelli (Governo); e Requião Filho (Oposição).

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas. Quero aqui antes fazer um registro, Sr. Presidente, pelo que vem fazendo o grupo de sindicatos que atuam no Porto de Paranaguá, que estiveram na plenária nacional em Brasília, dias 17 e 18 de maio, e aprovaram, Deputado Galo, o senhor que também é de Paranaguá, aprovaram um plano de lutas. E esse plano de lutas é um indicativo para que todos os sindicatos no âmbito das três federações permaneçam vigilantes e em estado de greve contra a iniciativa do governo federal em privatizar autoridades portuárias e fazer concessão de administração portuária em empresas privadas. Permanecer permanentemente em solidariedade e prontidão para dar o necessário apoio a qualquer instante à companhia dos portos que já estão sendo ou serão ameaçados por esse processo de privatização. E tem também mais a continuidade do processo todo que está ocorrendo, porque não é possível que um porto como o Porto de Paranaguá ainda esteja sendo alvo, muitas vezes, de uma insegurança, e V. Ex.^a já usou diversas vezes a tribuna aqui, uma insegurança que gera uma insatisfação muito grande no porto. Nesse sentido, o terceiro ponto a estender o protesto contra recusa dos órgãos de gestão de mão de obra e sindicatos de operadores portuários fazer necessário aumento do quadro de TPAs contra o descumprimento da legislação portuária, especialmente para contratação de operadores portuários e terminais arrendados de empregados de fora dos quadros do OGMO e pelo reconhecimento de cumprimento da previsão legal da categoria diferenciada, principalmente terminais de uso privado. Estou colocando isso porque formam os pontos que tiraram e estão reunidos em Paranaguá, inclusive, e esperamos que, de fato, não ocorra. Já houve uma tentativa, mas que não ocorra processo de privatização de um porto tão importante quanto o Porto de Paranaguá. Volto aqui, Sr. Presidente, hoje, porque acredito que ontem ficaram algumas dúvidas com relação à situação que levantamos da compra de caminhões pelo governo federal e do uso, Deputado Goura também fez menção, o Deputado Goura que está aqui à mesa,

do uso de parte da multa. A multa que foi colocada para Petrobras e que parte dela seria utilizada para determinadas ações, que não são, no entendimento inclusive do Judiciário até o momento, não são as ações previstas naquilo que era o objetivo da multa, que era restaurar ou refazer o rio Iguaçu. Entendo que, na verdade, esse acidente, ontem foi colocado que foi acidente do Olapa, não é Olapa. Olapa foi um acidente que resultou em 50 mil litros de óleo *diesel*. Não, não é Olapa, Deputado Romanelli. Até o Deputado Marcio Nunes colocou no Olapa, mas não é Olapa. Ontem, Deputado Marcio Nunes, o senhor colocou que o acidente tinha sido Olapa. Não é Olapa. Olapa é um acidente que aconteceu em 2001. É um acidente bem anterior a esse que estamos colocando aqui, que é o derramamento de óleo de Araucária, que foram, durante uma hora e vinte e cinco minutos, foram despejados milhões de litros de óleo e que, em poucas horas, eles atingiram mais de 300 hectares de mata em toda região aqui do Baixo Iguaçu, da parte que desce o rio Iguaçu. Ontem quando falamos da compra dos caminhões. Bacia do Alto Iguaçu é Piraquara. O acidente é em Araucária. Olapa é o oleoduto Iá Paranaguá. Só para situar do que estamos falando. Quando nos colocamos ontem a respeito da situação e foi dito aqui, inclusive, que são importantes as compras de caminhões de lixo, é importante que se faça a recuperação lá do rio que está desaguando suas águas do rio Ivaí, no Piquiri, é importante. Só que deve ser feita, Deputado Marcio, com recurso do Estado, não com recurso da multa. Caminhões de lixo são importantes? São importantes, mas o Estado tem que fazer a compra disso. Para isso existe orçamento do Estado. O Estado foi superavitário em R\$ 7 bilhões este ano. O que ele não pode é pegar recursos que estão vinculados, e este entendimento tem o Judiciário, vinculados a uma determinada ação, que é a recuperação da Bacia do rio Iguaçu, e transformar isso em compra de caminhões, em outros objetos, como li ontem aqui, em outras situações, que li, exatamente, que estão sendo comprados 71 caminhões para a patrulha ambiental, coleta de resíduos não recicláveis; 53 caminhões também para a patrulha ambiental, coleta de resíduos recicláveis, 150 municípios que estão sendo beneficiados por combate a incêndios florestais. Isso é importante, mas não é esse o objeto da multa. Então, não dá para misturar, Deputada Mabel, *alhos com*

bugalhos. Não dá para fazer defesa da compra disso aqui usando a multa. Não dá para fazer defesa da compra disso aqui usando a multa que na verdade é multa ambiental que a Petrobras foi condenada para fazer recuperação do rio Iguaçu. Que todo mundo quer caminhão, acho que os 399 municípios do Paraná, se puderem, têm caminhões. A pergunta que faço é quantos municípios do Paraná hoje têm aterro sanitário e quantos – provavelmente muito poucos – ainda mantêm lixões? Talvez seja mais importante ter o aterro sanitário em condições reais, Deputado Marcio, do que um caminhão para levar o lixo para o lixão. Falei para a Deputada Luciana: é como você, nesse caso específico, é como você comprar uma centena de guarda-chuvas e levar para o deserto. Pode proteger até do sol, mas não vai resolver no seu objetivo inicial que é proteger da chuva. Então, comprar caminhões com recursos da multa para que você possa ter – e os prefeitos gostam, o senhor falou que recebeu, Deputado Marcio, centenas de manifestações, prefeito gosta de tudo que for para ele, não é, Deputado Guerra? Tudo que for! Se o senhor mandar caminhão de lixo, o prefeito vai achar ótimo; se o senhor mandar um caminhão pipa, vai achar ótimo; se mandar um caminhão de bombeiro, claro! Não está custando nada para o município, então o que vier é lucro. Não tenho a menor dúvida. O senhor pode ter certeza, o senhor falou que recebeu centenas de milhares de *e-mails*, você pode receber um milhão de *e-mails*, se o senhor mandar mais alguma coisa, ficarão felizes. Problema que está errado! O senhor fica feliz, o prefeito fica feliz e a Justiça não autoriza. No final, todos acabam ficando bastante frustrados. Não sei se vai autorizar ou não, estou dizendo que neste momento não autoriza. E volto a insistir: o recurso da multa, o recurso da multa é para ser destinado para recuperação da bacia do rio Iguaçu. E não se recupera a bacia do rio Iguaçu, e aí o Deputado Marcio colocou que estamos fazendo um processo de combate à erosão dentro das cidades do noroeste do Paraná, é verdade. O noroeste do Paraná fica a uma distância razoável do rio Iguaçu. Coisa de uns 600 quilômetros, 500 quilômetros. Então, não adianta recuperar com o dinheiro da Petrobras os rios do noroeste do Paraná, por exemplo, achando que com isso vai resolver o problema, e não estou dizendo que é isso Deputado Marcio acha, até porque ele conhece bem o Paraná, que vai

resolver o problema do rio Iguaçu. O problema do rio Iguaçu, Deputado Marcio, é que é o segundo rio mais poluído do Brasil. O rio Iguaçu atravessa toda a Região Metropolitana e recebe uma quantidade de carga, carga de dejetos imensa. Além de receber uma grande quantidade de esgoto doméstico e nesse esgoto doméstico, e aí há uma grande contradição em não tratar o rio Iguaçu, nesse esgoto doméstico estão, principalmente, aqui em Curitiba e Região Metropolitana, parte daquilo que são consumidos, por exemplo, com pílulas anticoncepcionais que, obviamente, depois da urina vai para o rio com hormônios. E o senhor sabe o que acontece, Deputado Marcio, em União da Vitória, que é a única cidade, a única cidade que faz coleta de água do rio Iguaçu para consumo humano. Só União da Vitória consome água do rio Iguaçu, nenhuma outra cidade consome. Sabe o que acontece? Alguns peixes, depois que passam inclusive a estação que faz não só o tratamento, mas faz, também, o estudo, estão mudando, os alevinos estão mudando, Deputado Requião, de sexo. E tivemos um amplo debate em União da Vitória a respeito disso com a Dr.^a Larissa Bombardi, que não mora mais aqui. Até falou para os meninos que riram... Sr. Presidente, os meninos que riram no dia que falamos que os peixes estavam mudando de sexo, ela falou: "E vocês que ficam rindo, bombadinhos, tomem cuidado, porque também poderão mudar". Então, é uma situação real. O rio Iguaçu está sendo destruído e usamos 500 milhões para comprar caminhões. O que adianta ter um caminhão se o rio continua podre? E aí, só para concluir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, um minuto para concluir.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Creio que o debate é extremamente importante, oportuno, com posições diferentes, obviamente, mas o Estado do Paraná tem que prover, Sr.^s Deputados, prover, no seu orçamento, todas estas "bondades". E que os faça! Vejo todo dia aqui sendo entregues caminhão, ambulância, carro de polícia, tudo que tiver à disposição está sendo entregue. O problema é que o rio continua podre, o rio continua podre! Não sou ambientalista, mas sou de União da Vitória e sei muito bem a situação daquele rio:

assoreamento, o rio totalmente podre, como falei, um rio que recebe milhões de toneladas de dejetos e um rio que, em alguns casos, é consumido água para consumo humano e para consumo animal e que tem grande quantidade de agrotóxicos despejados nesse rio. Por que não recuperar o Iguaçu? O Iguaçu ser recuperado ficará para centenas de anos. O caminhão pipa pode durar dois anos. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Plauto.

DEPUTADO PLAUTO MIRÓ (UNIÃO): Senhor Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Na última semana encaminhamos a esta Casa um requerimento para a Secretaria de Estado da Infraestrutura e também ao DER. A rodovia que liga o município de Ponta Grossa ao município de Palmeira sofreu alguns reparos depois de muito tempo, onde buracos que ali existiam foram tapados. Dentro desse trabalho que a empresa que ali o fez, acabou retirando algumas lombadas que estavam nesse trecho, em especial ali na região que chama “o lago”, próximo ao município de Palmeira e com isso a população está pedindo o retorno dessas lombadas, porque uma série de acidentes ali está acontecendo e tudo isso traz uma preocupação muito grande. O lago é uma localidade à qual a rodovia corta, produtores, igreja, escola, ônibus escolares ali param para fazer o transporte de alunos. Então, é uma situação altamente preocupante. Quero deixar um pedido, por meio desse requerimento, e atenção do Secretário Fernando Furiatti, ele que é da cidade de Ponta Grossa, foi colocado lá nessa função pelas mãos do Ex-Secretário Sandro Alex e espero que, por eles serem do município de Ponta Grossa, desenvolvam uma atenção especial, porque pouco na região dos Campos Gerais aconteceu por meio da Secretaria da Infraestrutura nesses três anos e meio do Governo Ratinho. Por eles serem dali, conhecerem as rodovias que cortam os Campos Gerais, deveriam, sim, dar uma atenção especial para que os problemas existentes naquela região pudessem ser sanados. Então, está aqui um pedido que recebi de moradores do “lago”, em especial do Prefeito Sérgio Belich, do município de Palmeira, que nos trouxe essa demanda e essa preocupação tão grande dos

moradores daquela região. Saindo desse assunto, quero aqui trazer a preocupação que no dia de ontem tive nesta Casa, quando o Deputado Marcio Nunes subiu a esta tribuna para questionar posições que os Deputados da Base da Oposição, todos os Deputados do Partido dos Trabalhadores e também do PV, aqui colocaram. E a preocupação que tive, Deputado Romanelli, que o senhor também acompanhou claramente, é de que *passaram a mão* em R\$ 200 milhões, 200, e mandaram... da questão relacionada ao acidente que teve em Araucária e esse dinheiro, uma multa de mais de R\$ 1 bilhão, mais ainda? Uma parte desse dinheiro, dessa multa de R\$ 1 bilhão e 200 e aprovamos uma lei aqui para destinar para determinados lugares, mas no meio do caminho, desse R\$ 1 bilhão e bastante, sumiram 400 milhões que foram parar em uma conta de uma ONG do Rio de Janeiro. Por que é que foi parar nessa conta da ONG? E mais: aqui no discurso ficou claro, ontem, que dessa conta da ONG do Rio de Janeiro passaram uma parte, parece que mensalmente, um valor de R\$ 75 mil para várias outras ONGs aqui do Estado do Paraná. Vou encaminhar um pedido de informações, vou ver onde. Depois quero conversar com o Marcio Nunes, que foi o Secretário, para poder nos dizer quais são essas ONGs e quero saber quem são aqueles que dirigem essas ONGs. Esses que estão recebendo o dinheiro público da multa que foi para a ONG grande, lá no Rio de Janeiro, e daí foi repassado para ONGs menores aqui do Estado do Paraná. Isso entendi ontem e tenho o direito de perguntar. É dinheiro público. O que estão fazendo essas ONGs aqui no Estado do Paraná com esses recursos? Então, quero deixar aqui registrado que tenho a curiosidade e, como Parlamentar, tenho a obrigação de fiscalizar. Poxa, se passaram a mão em R\$ 400 milhões de uma multa, dinheiro esse que deveria ser colocado em ações de recuperação do meio ambiente e outras ações importantes para todos os paranaenses, quero saber. Vou atrás e quando tiver documentado, vamos trazer aqui e vamos apontar assim: foi ONG de propriedade do fulano de tal, essa outra ONG é dirigida pelo ciclano, essa outra... Tudo tem interesse atrás. Agora, sacanagem é R\$ 400 milhões que saíram da multa da Petrobras e foi para uma grande ONG, famosa no Rio de Janeiro, e que ela distribui para os malandrinhos aqui embaixo. Obrigado, Sr. Presidente e Sr.^s Deputados!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO GOURA (PDT): Senhor Presidente, por gentileza, pela ordem. Presidente, Presidente Traiano, por gentileza. Senhor Presidente, pela ordem, por gentileza.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pela ordem, Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Senhor Presidente, queria externar, Deputado Tadeu Veneri, só por gentileza antes, com muito pesar, faleceu hoje o professor Aguinaldo Silva. O Professor Aguinaldo foi professor aqui da rede pública, foi agredido há poucos meses, Deputado Tadeu fez referência ao caso, estava de bicicleta, foi assaltado aqui no centro da cidade, e soube agora que ele faleceu. Então, vamos encaminhar voto de pesar à família. Mais uma vítima da violência. Era um militante do Partido Socialismo e Liberdade, foi candidato a Vereador de Curitiba inclusive, uma grande figura. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Com a palavra, Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, demais colegas Deputados, Deputadas, e a todos que nos acompanham aqui pela TV Assembleia e demais mídias. Serei bem breve aqui. Na verdade, era para falar no Pequeno Expediente, mas não houve tempo. O que quero falar aqui é fazer um agradecimento ao nosso Governador Carlos Massa Ratinho Junior. Recebi uma informação, hoje de manhã, até já saiu na mídia, que o Governador Ratinho Junior não sancionou a lei para aumentar os cargos comissionados, os 500 cargos comissionados, lei essa que foi aprovada nesta Casa. Fiquei feliz com essa atitude do Governador. Com isso, ele mostrou o respeito aos paranaenses, ao dinheiro público. Falo por mim. Cada um tem uma opinião diferente e por isso que vivemos aqui em uma democracia. Falo por mim. Disse aqui nesta tribuna, no dia da

votação, que sabia que era constitucional aumentar os cargos, mas, em minha opinião, imoral, principalmente cargos aqui da Alep, 121 cargos, e cargos do Ministério Público. O Ministério Público está aumentando 16% os cargos comissionados. Isso, a meu ver, é uma vergonha isso aí. Injustificável esse aumento de cargos. Votei favorável, sim, ao aumento de cargos no TJ, Tribunal de Justiça, porque acho muito plausível. Todo mundo sabe a morosidade dos processos judiciais, o que atrapalha a todos, só facilita a quem é réu. Então, os cargos do TJ votei “sim”, da Alep votei “não” e do MP “não”. Votei de acordo com a minha consciência, por respeito ao dinheiro público, aos paranaenses e a todo o Brasil, porque vivemos um momento de pós-pandemia, onde muitos perderam o emprego, perderam o poder de compra, e aqui estamos aumentando os cargos. A consciência é de cada um, todo mundo tem o mesmo direito, o mesmo poder de voto nesta Casa. Muito obrigado!

Deputado Soldado Fruet (PROS): Deputado, só um aparte, Deputado.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Um aparte, sim. Quem?

Deputado Soldado Fruet (PROS): Soldado Fruet.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Pois não.

Deputado Soldado Fruet (PROS): Também vi essa matéria, mas que fique claro que ele não vetou e nem a sancionou, ele apenas não assinou, não é? Então, voltou para a Casa este Projeto.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Mas já foi uma atitude... Acho que uma atitude digna do Governador, que cabia a ele.

Deputado Soldado Fruet (PROS): Sim. Sim, claro.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Ele podia ter canetado, não é?

Deputado Soldado Fruet (PROS): Isso.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): E não canetou. Fiquei feliz. Então, só vim aqui expressar essa minha opinião e esse agradecimento ao Governador. Muito obrigado!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Registro a presença na Casa dos Vereadores de Tuneiras do Oeste, Sr.^s Nilson Barbosa, Maurício José Secco, Sérgio Aparecido da Silva, Adriano José Alves e Edmilson Aparecido da Silva, por solicitação do Deputado Jonas Guimarães. Sejam bem-vindos! Próximo orador, Deputado Romanelli, na Liderança do Governo.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Presidente, só segura o tempo aí um pouco. Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Sr.^s Deputados. Vim à tribuna para falar sobre renúncia fiscal, tema que tem sido debatido nesta Casa aqui, da maior importância, e acho que temos que, se me permitam, nivelar por alto o debate. Mas não posso deixar de fazer alguns comentários aqui sobre algumas das falas que foram feitas, que tratam, obviamente, da aplicação dos recursos, que foram objeto de uma Ação Civil Pública, que durou 20 anos, e que o Paraná obviamente é o Estado beneficiado: R\$ 1 bilhão e 400 milhões. É verdade que, desde logo, 400 milhões foram para o governo federal, para aplicar onde ele quiser aplicar isso, não é, por que razão a Justiça pode nos dizer, mas foi o que aconteceu. O resto do recurso, o um bilhão, na verdade, ele se subdivide em várias aplicações possíveis e necessárias. Só um ponto que há controvérsia: é a aplicação nas unidades de conservação e seus corredores ecológicos. Esse é o ponto controverso. São cerca de R\$ 370 milhões. Efetivamente, tem alternativas inclusive de utilizar a compensação diária de reserva legal para poder estruturar as unidades de conservação, especialmente na questão de poder dar a propriedade delas, indenizar na verdade os proprietários, que é um problema, aliás, Deputado Plauto, esse, mas indiscutivelmente assim o tema que envolve a nossa relação com o meio ambiente é um tema preocupante, porque, olha, falei aqui da tribuna aqui e foi confirmado. O Deputado Goura, de forma diligente, pela Comissão de Meio Ambiente, requereu e aquela ONG do Rio de Janeiro, a Funbio, enviou-nos um esclarecimento dizendo o seguinte, que eles receberam de

fato R\$ 110 milhões de uma conta que estava em um depósito judicial, que foi enviado a pedido do Ministério Público Estadual e Federal para o Rio de Janeiro, e que eles farão, até o final do ano, um Plano Diretor para desenvolver projetos de aplicação desses recursos em 2023. Ou seja, receberam em outubro de 2021 e os R\$ 110 milhões já se foram embora do Paraná. Vamos fazer uma Audiência Pública, provavelmente dia 5 de julho, sobre esse tema. Quero agradecer ao Deputado Goura por, de forma diligente, estar tratando do tema, de forma muito responsável e republicana, diga-se de passagem. Mas queria, senhoras e senhores, falar sobre um tema também absolutamente relevante, que tem sido abordado nesta Casa, muito especialmente pelo Líder da Oposição, o nosso querido Deputado Arilson Chiorato, que hoje, infelizmente, está assistindo à Sessão em casa porque contraiu a dengue, mas está se recuperando bem e, se Deus quiser, semana que vem já está de volta aqui ao trabalho. Mas queria dizer o seguinte, minha gente, o pensador, maior filósofo do ocidente, Sócrates, dizia assim: "Às vezes, você tem que levantar paredes. Não para afastar as pessoas, mas para ver quem se importa o suficiente para derrubá-las." A polêmica sobre a renúncia fiscal praticada pelo Governo do Paraná não pode ser converter em uma lenda urbana. Não há dúvidas de que é necessário passar esta política a limpo, mas temos que compreender que os incentivos e benefícios fiscais têm servido para dar suporte à competitividade em importantes cadeias produtivas do Estado e, mais importante, ajudado a criar empregos. É possível rever alguns benefícios fiscais? Evidentemente que sim, contudo não se podem inviabilizar segmentos econômicos, colocar postos de trabalho em risco e muito menos querer transferir para o consumidor uma conta tributária estimada em R\$ 17 bilhões, que é o valor das desonerações apontadas no orçamento estadual para 2022. Isso é inviável sob qualquer ponto de vista. A política fiscal merece uma ampla revisão e isso já foi reconhecido pelo próprio Poder Executivo. A Assembleia Legislativa vai se debruçar sobre este tema, assim como sobre outras situações que impactam as receitas que compõem o orçamento público. É dever da Casa elevar o nível dos debates sobre questões que afetam a economia paranaense. Não podemos, contudo, estimular a desinformação e confundir a sociedade com discursos

simplicistas. A primeira medida necessária é diferenciar o que é incentivo fiscal do que é isenção ou renúncia. Nenhum Estado considera como perda a desoneração que incide sobre produtos e serviços que são essenciais à sociedade, principalmente aqueles consumidos pela população de mais baixa renda. Falar que um benefício fiscal favorece setores econômicos e prejudica toda a sociedade é um raciocínio enviesado; a lógica dessa retórica é que o Estado cede um para ganhar três e que sem a política de incentivos fiscais poderia arrecadar integralmente quatro, aumentando assim o valor que entra nos cofres públicos. Obviamente, a conta é muito mais complexa, mas o risco de abolir os incentivos pode significar em alguns segmentos a perda de tudo o que se arrecada. O que chamam de renúncia ou isenção são desonerações concedidas por todos os estados e no caso do ICMS a prática precisa do aval do Conselho Nacional de Política Fazendária, o Confaz. O fato concreto é que o Paraná não pode extinguir totalmente as medidas que estão em vigor sob o risco de perder competitividade na atração de novos investimentos e empreendimentos, de elevar a carga tributária e de ver empresas e empregos migrarem para territórios vizinhos. Reafirmo que esta política deve ser revisada de tempos em tempos; há tratamentos tributários diferenciados históricos que estão amparados em regramentos jurídicos antigos, uma grande parte das renúncias fiscais é renovava desde a época em que vigorava o ICM, são, portanto, anteriores a 1988. Tudo o que está em vigor deve ser respeitado, mas também merece ser revisitado. O segmento de alimentos, senhoras e senhores, representa praticamente 50% daquilo que se classifica como entrega de recursos públicos ao empresariado – em 2022 a soma das desonerações de ICMS nessa categoria bateu em 8,3 bilhões e estão nessa conta diversos produtos que compõem a cesta básica. As renúncias no IPVA, que incide sobre os veículos, passam de R\$ 1 bilhão e 80% disso é benefício dado para veículos utilitários de cargas e transporte de pessoas, que não têm a alíquota cheia, têm uma alíquota reduzida de 1% e não os 3,5%. Lembremos que em um passado bem recente foram reduzidas – de forma justa, na minha visão – as alíquotas de imposto de mais de 60 mil itens. Além disso, o Paraná autorizou uma isenção para o Simples Nacional maior do que a média dos

outros estados, em outra medida que entendo adequada. Apesar disso, não desconsidero que são dois casos que hoje afetam as receitas e inflam o volume de desonerações. De outra parte, há um programa de incentivos fiscais para enfrentar a conhecida guerra fiscal entre os estados; esse mecanismo permite atrair uma nova empresa ou estimular a expansão de uma atividade existente, desde que haja geração de empregos – no caso das empresas já instaladas, é exigida a manutenção da arrecadação na média dos 12 meses anteriores à concessão do diferimento. Trata-se de uma política que incrementa o bolo tributário no médio prazo e abre oportunidade de trabalho no curto prazo. O pagamento do imposto nesses casos é postergado, mas a dívida não desaparece, não se pode falar em renúncia ou isenção, o programa se aplica sobre o chamado imposto incremental e com isso transforma em algo concreto impostos em empregos que não existiam – na semana passada ainda, na última terça-feira, o Governador Ratinho Junior... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Romanelli, por favor...

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Tenha paciência! Dois minutos e concluo, excelência.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): ... fez uma apresentação onde mostrou que R\$ 119 bilhões em investimentos foram atraídos para o Paraná. Quero dizer a V.Ex.^{as} o seguinte, enquanto o Brasil não viabiliza uma reforça do sistema tributário, para que a carga tributária deixe de configurar como um diferencial competitivo e sobrevivência das empresas e produtos, o melhor que temos a fazer é descomplicar este debate. A tarefa que se impõe é encontrar um caminho que viabilize mais recursos para investimento público, sem penalizar o setor produtivo e a sociedade. Uma boa oportunidade para isso vai ocorrer quando o Governo do Paraná publicar a regulamentação do Fundo de Recuperação e

Estabilização Fiscal, Funrep. O instrumento foi criado e inclusive aprovado nesta Casa para financiar ações em casos de calamidade e reduzir os impactos de recessões econômicas ou desequilíbrios fiscais. Segundo a lei, o fundo deverá ser formado pela cobrança de uma alíquota de 12% sobre os benefícios fiscais concedidos a diversos setores; o percentual vai incidir sobre a diferença entre o que a empresa recolhe atualmente e o que deveria... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Só para concluir o raciocínio. ... deveria pagar sem o enquadramento tributário diferenciado. A nossa obrigação, senhoras e senhores, é travar o bom debate à luz do interesse público e construir alternativas que nos levem a um crescimento socioeconômico sustentado e sustentável e que atinja todas as camadas da sociedade paranaense. Tenho a convicção de que os Deputados e Deputadas terão protagonismo nesta arena, demonstrando a capacidade do Legislativo de propor soluções para que o Paraná e seu povo continuem prosperando. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Com a palavra, Deputado Requião. Com a concordância desta Presidência, já que o Deputado Romanelli excedeu o tempo em dois minutos, a Liderança da Oposição terá também dois minutos a mais no seu tempo.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Presidente, o poder de síntese aqui é um pouquinho maior, acho que não vou precisar, não. Meus nobres Deputados, vim falar aqui de *fake news* do Governo Ratinho Junior, mais uma, mas vou começar, assim como o Deputado Romanelli, adentrando assuntos debatidos antes nesta Casa. Deputado Arruda, o senhor elogiou o Governador pela sua covardia ou, melhor... Não posso chamar o Governador de covarde, não é, meu Presidente? Tínhamos acordado aqui. Então, por um ato de covardia, porque ele não teve coragem de sancionar os 542 cargos, tampouco teve a coragem de vetar. É uma sanção tácita e deixa a *bomba* no colo do Presidente Traiano, que vai com certeza ser massacrado nas mídias ao aprovar isso aqui pela Assembleia e todos vamos

pagar o pato. Mas é normal, o Governador Ratinho Junior, quando era Deputado, em outro mandato aqui nesta Casa, qualquer votação polêmica que tinha, o telefone dele magicamente parecia tocar e ele sumia do Plenário. Então, faz parte já do jeito Ratinho Junior de ser. Tivemos aqui também a discussão sobre o meio ambiente, Deputado Marcio Nunes. Discordo que os caminhões estejam ajudando o meio ambiente, mas tenho certeza de que os Prefeitos adoram caminhões, viaturas, carros para a saúde, até porque, no atual Governo, não temos programas, não temos políticas de Estado, os nossos Prefeitos precisam disso, dessas “esmolas” para poder manter os seus municípios funcionando. Não tem nenhum programa forte na saúde, não temos nenhum programa forte de criação de empregos e o Romanelli falou aqui da renúncia fiscal. Deputado Romanelli, o Paraná realmente tem a maior faixa de isenção para micro e pequenas empresas, feita em um Governo do Roberto Requião, que se estivessem corrigidas hoje, não seriam 370 ou 390 mil, estaria próximo de 1 milhão/ano. Mas, temos um problema, o Paraná, Deputado Romanelli, o Paraná realmente tem a maior faixa de isenção para micro e pequenas empresas, feitas no Governo do Roberto Requião. Se tivessem corrigidas, hoje, não seriam 370, 390 mil, estaria próximo de um milhão/ano. Mas temos um problema, o Paraná adota a escola paulista de tributação e aplica a substituição tributária. A substituição tributária, para quem não sabe, é a cobrança antecipada de ICMS e muita gente não sabe o que é a ST. A Substituição Tributária pega justamente quem está no Simples, porque ele paga a substituição no que ele compra o seu estoque. Quem está no Simples não pode ter créditos, não pode se creditar lá na frente. Então, todo e qualquer benefício para pequenas e microempresas é destruído pela ST. Aqui no Paraná e no Brasil, historicamente, Deputado Gilberto Ribeiro, 7 em cada 10 empregos são gerados por pequenos e microempresários. Sete em cada 10 empregos gerados por pequenas e microempresas, que respondem historicamente no Paraná entre um e 2% da arrecadação de ICMS. Está na margem de erro, dava para não cobrar, Deputado Guerra, se a política for gerar emprego, vamos zerar imposto e acabar com a ST para pequenas e microempresas no Paraná. Isso é política de geração de emprego. O resto é propaganda.

Deputado Tadeu Veneri (PT): Permite-me um aparte na sequência, Deputado?

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Deputado Tadeu, por favor.

Deputado Tadeu Veneri (PT): Deputado, com relação à renúncia fiscal, desde que o Secretário veio pela primeira vez aqui, temos insistido em um tema. Não são os 15 bilhões, 17 bilhões, deste ano, os 11 bilhões, aliás, a lei enviada pela então Governadora Cida Borghetti, que fez questão – lembro-me disso, Deputado Romanelli –, fez questão de colocar no rodapé que o projeto estava sendo enviado a pedido do Governador eleito Carlos Ratinho Massa. Foi o Ratinho que pediu para aumentar de 111 para 11 bilhões a renúncia fiscal, por uma questão que o Secretário entende que traz transparência e acredito que tenha os seus motivos. O nosso problema, o cerne na Oposição, aqui, não é saber se são 15, são 17, são 20, são 10, são 50, são 111, é quem recebe.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): E por quê?

Deputado Tadeu Veneri (PT): A Ambev, por exemplo, não estou dizendo que a Ambev receba, mas a Ambev recebe incentivos fiscais e, por consequência, renúncia, porque a Ambev é uma das grandes devedoras de impostos do Brasil. A Renault, aos quatro ventos, alardeou que está aplicando um bilhão, em não sei quantos anos. No ano passado, a previsão era de 1,5 bilhão e recebi a resposta por seguimento, 1,5 bilhão de renúncia fiscal para o setor automotivo. O setor agropecuário tem 8,5 bilhões de renúncia fiscal. *Ah, mas é alimento para o povo.* Não é, porque não sabemos para quem vai. Se for para os produtores de soja, é para alimento para o produtor de soja, que ganha em dólares, porque hoje temos tão pouca soja no Brasil, inclusive, aqueles que conhecem sabem, que tivemos em algum momento dificuldade para esmagar soja para produzir óleo. Por quê? É uma decisão que não estou entrando no mérito, mas o que precisa é ter transparência. *Ah, não pode.* O Secretário me falou, aqui, Deputado Romanelli, que não podemos dar ciência pública, porque há uma legislação que nos impede. Rio de Janeiro e Ceará deram até porque o Ministério Público entrou. Aqui, o Ministério Público não quis entrar. Por quê? Não sei. Porque é a obrigação do

Ministério Público fazer isso. Então, fizemos um pedido de informações pela Lei de Acesso, deve estar chegando agora, se houver impedimento vamos recorrer ao Ministério Público, para que o Ministério Público determine que o Estado publique. É um direito de o contribuinte saber se as Casas Bahia têm ou não têm isenção de impostos, se a loja do Pedro tem ou não tem isenção de impostos. Não há nada de errado se o Governo entende que essa é a sua política. Precisamos saber o seguinte, quantos empregos, de fato, gera e quanto isso aumenta o seu lucro e, consequentemente, nessa margem de lucro acumulação para o dono da empresa. É esse o centro. Desviamos dizendo que somos contra. Não. Queremos saber quem recebe e por que recebe. O dia em que soubermos disso, acho que o debate fica em um nível bem mais fácil de ser entendido por nós e pela população. Obrigado, pelo aparte, Deputado.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Obrigado, Deputado Tadeu. Agora, o motivo que me trouxe à tribuna, *fake news*. O Paraná gera recordes de emprego, segundo o Caged. Sou um cara curioso, Deputado Romanelli, fui ver porque eles dizem nos últimos 18 anos, Deputado Elio Rusch. Fui tentar entender que mágica é essa, porque, afinal, aqui no Paraná, só aqui no Paraná são 258 mil famílias. Duzentos e cinquenta e oito mil famílias em estado de extrema pobreza. Quatrocentos mil núcleos familiares recebendo bolsa-família. Então, assustei-me, porque sabemos que o Brasil está em crise e fui procurar. Mudou, mudou o cálculo do Caged, mudou a fórmula, mudou como se faz o cálculo. Perguntei para a Secretaria: *Mas vem cá, isso aqui é ‘fake news’*. *Como é que está isso aqui?* O Secretário atual conhece muito pouco o que ele está fazendo lá e não é muito assim afeto a trabalhar com a verdade. Disse-me que esse cálculo foi feito pela imprensa, não era culpa deles. Mentira! Na resposta que recebi pela Lei de Acesso à Informação tem mentira. O cálculo foi feito pelo Estado, publicado na Agência Estadual de Notícias e no Diário Oficial. Seria improbidade, vamos experimentar aguardar o Ministério Público se mexer, porque mentir em respostas de Lei de Acesso à Informação é mentira. Vem por aí para esse nobre Secretário, provavelmente, mais um processo.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): Deputado Requião Filho, o senhor me permite um aparte? Veja, o Caged, na verdade, ele é gerado por um banco de dados do Governo Federal e não Estadual.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Sim. Mas perguntei ao Secretário, perguntei ao Secretário se tinham mudado e quem tinha levantado essa notícia, porque o cálculo estava errado, porque houve uma mudança de cálculo. Compararam *peras com maçãs*. É impossível fazer a comparação de 18 anos. O Secretário diz que quem fez o cálculo foi a imprensa, mas não, foi a Secretaria, por meio de técnicos da Secretaria. Levantamos tudo isso no Diário Oficial. Então, ou o Secretário é muito mal informado, ou ele é mal intencionado, ou realmente ele não sabe o que está fazendo lá.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): Só para esclarecer, mas os dados que o senhor diz são dados oficiais do Caged?

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Sim.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): Está ok. Entendi.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Mas perguntei a comparação, o cálculo, foi tudo feito pela Secretaria do Trabalho, para gerar uma *fake news*.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): É que foi feita uma mudança de metodologia do Caged. É isso.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Em 2020. Então, não podemos comparar o Caged de 2020 para frente, com o Caged de 2020 para trás. Mais uma tentativa de enganar a população paranaense. Isso é muito triste, Deputado Romanelli. Deveríamos trabalhar com a verdade e não manipular números para tentar ficar bem na propaganda. Mas o atual Secretário que está lá, de manipular número, ele entende muito bem. Era isso. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Anibelli Neto (MDB), Bazana (PSD), Boca Aberta Junior (PROS), Cobra Repórter (PSD), Coronel Lee (PDC), Cristina Silvestri (PSDB), Douglas Fabrício (CDN), Elio Rusch (UNIÃO), Evandro Araújo (PSD), Francisco Bührer (PSD), Galo (PP), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Guto Silva (PP), Homero Marchese (REP), Jonas Guimarães (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Carlos Martins (PP), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Marcio Nunes (PSD), Marcio Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Mauro Moraes (UNIÃO), Michele Caputo (PSDB), Nelson Justus (União), Nelson Luersen (UNIÃO), Nereu Moura (MDB), Paulo Litro (PSD), Plauto Miró (UNIÃO), Professor Lemos (PT), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Soldado Adriano José (PP), Soldado Fruet (PROS), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (PSD), Tiago Amaral (PSD) e Tião Medeiros (PP) (46 Parlamentares); Deputados com justificativa: Arilson Chiorato (PT), conforme art. 97 § 3º Inciso I do Regimento Interno; Artagão Junior, art. 97 § 3º Inciso I do Regimento Interno (2 Parlamentares); Deputados ausentes sem justificativa: Cantora Mara Lima (REP), Delegado Fernando Martins (REP), Delegado Jacovós (PL), Dr. Batista (UNIÃO), Reichembach (UNIÃO) e Rodrigo Estacho (PSD) (6 Parlamentares).]

Projeto que necessita de Apoioamento.

Projeto de Lei: (Com apoioamento e encaminhado à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o nº 225/2022**, do Deputado Michele Caputo, que proíbe a Administração Pública Estadual impor restrições à

escolha do banco contratado pelo proponente de projetos culturais no Estado do Paraná. Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiado.**

Está sobre a mesa uma PEC proposta pelo Deputado Romanelli. **Proposta de Emenda à Constituição: (Com apoioamento e encaminhada à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) Autuada sob o n.º 1/2022**, dos Deputados Luiz Claudio Romanelli, Marcio Nunes, Goura, Adelino Ribeiro, Paulo Litro, Delegado Jacovós, Boca Aberta Junior, Tercílio Turini, Nelson Justus, Ademar Traiano, Cristina Silvestri, Arilson Chiorato, Michele Caputo, Nelson Luersen, Evandro Araújo, Elio Rusch, Anibelli Neto, Luiz Carlos Martins, Soldado Adriano José, e Plauto Miró, que acrescenta o §4.º ao art. 180 da Constituição do Estado do Paraná. Devidamente apoiada. **Protocole-se e publique-se no Diário da Alep.**

Passamos aos Itens da pauta.

Temos uma Redação Final.

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 126/2022, de autoria do Deputado Paulo Litro, que concede o Título de Utilidade Pública ao Clube BBC de Ciclismo, com sede no município de Dois Vizinhos. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

ITEM 2 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 152/2020, de autoria do Deputado Luiz Fernando Guerra, que concede Título de Utilidade Pública ao Centro Integrado de Desenvolvimento do Esporte Amador – Lavarda Esportes (Pato Futsal), com sede no município de Pato Branco. Parecer favorável da CCJ. Emenda da CCJ. Vamos submeter ao voto o Projeto, ressalvada a emenda. Em discussão o Projeto. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): A Oposição encaminha voto “sim”, Sr. Presidente.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Pedimos o voto “sim”, Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Preciso dar uma orientação aqui. Estamos com um problema no equipamento digital. É preciso digitar a senha para poder votar. Por favor, acabei me esquecendo de dar essa informação.

SR. 1.^º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Todos viverão a mesma experiência que vivo todos os dias.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): É que tem Deputado que não gosta de deixar as digitais nas coisas, Deputado Romanelli.

SR. 1.^º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Não, é que a minha digital está velhinha, ela já não registra mais.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Estou tentando ver se ela corrigiu. Ah, então, a senha.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Adelino Ribeiro votou, Cobra Repórter está pendente o voto, Deputado Alexandre Curi. Deputado Nelson Luersen e Soldado Adriano José. Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Bazana, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (38 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Gilson de Souza, Guto Silva, Marcel Micheletto,

Nelson Luersen, Reichembach, Rodrigo Estacho e Soldado Adriano José (16 Deputados).] Com 38 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 152/2020.

Vamos submeter à votação a emenda. Em discussão a emenda. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): A Oposição encaminha voto “sim”, Sr. Presidente.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Pedimos o voto “sim”, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Senhor Presidente, *pela ordem*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Marcio Pacheco.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): É possível que tenha acontecido talvez um equívoco, porque a emenda, é que o Deputado Guerra me pediu, a emenda não é minha, Deputado, fui o relator na CCJ. Estavam me colocando como autor da emenda, não apresentei emenda.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ok. Então, vamos à votação.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Senhor Presidente, *pela ordem*. O senhor pode nos confirmar essa emenda, por favor. Essa emenda o senhor pode nos confirmar, por favor?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): É uma emenda da relatoria da CCJ, está no sistema.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Porque não consta aqui na minha Ordem do Dia essa emenda, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Se acessar aí o seu equipamento tecnológico, V.Ex.^a deve ter a emenda aí. Com certeza deve ser uma emenda apenas de correção.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Sim, Sr. Presidente, a informação que me chega é essa mesmo, que é emenda corretiva, alterando, ou melhor, ajustando o nome. Portanto, a nossa solicitação é para voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ok. Vamos, então, Deputado Tiago, o seu voto aí. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Bazana, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (36 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Guto Silva, Marcel Micheletto, Nelson Luersen, Nereu Moura, Reichenbach, Requião Filho e Rodrigo Estacho (18 Deputados).] Com 36 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovada a Emenda. (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata o voto favorável do Deputado Evandro Araújo.)**

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Senhor Presidente, só registrar voto “sim”, porque estava achando que o voto digital tinha entrado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Devidamente registrado, Deputado.

ITEM 3 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 457/2021, de autoria da Deputada Mabel Canto, que altera a Lei n.^º 19701, de 20 de novembro de 2018, que dispõe sobre a violência obstétrica, sobre direitos da gestante e da parturiente e revoga a Lei n.^º 19.207, de 1.^º de novembro de 2017, que trata da implantação de medidas de informação e proteção à gestante e à parturiente contra a violência obstétrica. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e Comissão de Saúde Pública. Também já de conhecimento de todos os Sr.^s Deputados. Vamos submeter à votação o Projeto. Em discussão o Projeto. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Pedimos o voto “sim”, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação... Alguém ainda pendente de voto? Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Bazana, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (36 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Gilson de Souza, Guto Silva, Jonas Guimarães, Marcel Micheletto, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Reichembach e Rodrigo Estacho (18 Deputados).] Com 36 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.^º 457/2021.**

ITEM 4 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 79/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 10/2022, que dispõe sobre a estruturação da Autarquia Paraná Esporte. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e

Tributação e Comissão de Esportes. Emendas de Plenário com parecer da CCJ, sendo a Emenda n.º 1 na forma de subemenda. Vamos submeter ao voto o Projeto, ressalvadas as emendas. Em discussão o Projeto. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Senhores Deputados, pedimos o voto “sim” a este Projeto.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Requião, V.Ex.^a vai votar? Estou monitorando o seu voto, Deputado Requião. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Bazana, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (36 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Gilson de Souza, Guto Silva, Jonas Guimarães, Marcel Micheletto, Nelson Luersen, Nereu Moura, Reichembach e Rodrigo Estacho (18 Deputados).]* Com 36 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 79/2022.**

Há um **Requerimento n.º 1582/2022**, do Deputado Marcel Micheletto, solicitando destaque da Emenda de Plenário n.º 1, na forma da Subemenda da CCJ, apresentada ao Projeto de Lei n.º 79/2022. Em discussão o requerimento.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Senhor Presidente, para encaminhar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputada Luciana. Encaminhar o requerimento?

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): De destaque. Então, quero pedir já o voto contrário ao requerimento de destaque, porque as duas emendas são meritórias, têm fundamentos e por isso votamos favorável às duas. Então, não entendemos o porquê, não justifica o motivo de destaque, então pedimos aqui o voto contrário, neste momento, ao pedido de destaque das emendas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ok.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Justificando, então. Vamos pedir o voto favorável à aprovação do presente requerimento para destacar a emenda do Deputado Guerra, uma emenda que vai aumentar a possibilidade de utilização dessas renúncias do esporte para essa finalidade. Portanto, podemos ter a possibilidade de mais recursos para o esporte. E a outra emenda, de fato, vamos fazer uma discussão separada, porque realmente ela altera demais o Projeto, desvirtua o Projeto, e por isso que precisamos destacar a emenda do Deputado Guerra.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando o requerimento então, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Pedimos o voto “sim”, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Nosso voto é “não”, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Paulo Litro, o seu voto, por favor. Deputado Michele. Deputada Mabel Canto, seu voto. Estou encerrando a votação, Sr.^s Deputados. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Bazana, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Homero Marchese, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco,**

Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Justus, Paulo Litro, Plauto Miró, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (31 Deputados); Votaram Não: Goura, Luciana Rafagnin, Professor Lemos e Requião Filho (4 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Gilson de Souza, Guto Silva, Jonas Guimarães, Marcel Micheletto, Michele Caputo, Nelson Luersen, Nereu Moura, Reichembach e Rodrigo Estacho (19 Deputados).] Com 31 votos favoráveis e 4 votos contrários, está aprovado o Requerimento.

Vamos submeter ao voto agora a Emenda n.º 1, na forma da subemenda.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Pedimos o voto “sim”, Sr.º Deputados, a esta importante emenda apresentada pelo Deputado Guerra.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputados Mauro Moraes e Soldado Fruet. Vamos encerrar a votação. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Bazana, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Nelson Justus, Paulo Litro, Requião Filho, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (30 Deputados); Não Votaram: Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Gilson de Souza, Guto Silva, Jonas Guimarães, Marcel Micheletto, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Luersen, Nereu Moura, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Rodrigo Estacho e Soldado Fruet (24 Deputados).] Com 30 votos**

favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovada a Emenda n.º 1, na forma da subemenda.**

Agora, sim, vamos submeter à votação a Emenda n.º 2. Em discussão.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputada Luciana.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Quero pedir o voto favorável a essa emenda, uma emenda da Oposição. É uma emenda importante para a democracia e o cumprimento também da nossa Constituição Estadual, que prevê no seu art. 30 que para inserir um representante dos servidores na diretoria da autarquia da Paraná-Esportes, no caso desse Projeto. Então, estamos pedindo o voto favorável a essa emenda, que só vai assegurar a presença, então, de um servidor do próprio quadro da Paraná-Esportes na diretoria. Então, isso, com certeza, deixará mais transparente e também fortalece a democracia. Nesse sentido, pedimos o voto favorável.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Senhores Deputados, pedimos o voto “não”, pedimos o voto “não” a esta emenda. Ok. Voto “não”.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Pedimos o voto “sim”.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Reforçando, Sr.^s Deputados, pedimos o voto “não”. Senhor Presidente, só fazer uma solicitação aqui a todos os nossos Parlamentares, que, por favor, permaneçam de fato aqui no Plenário, porque estamos ali com quórum de 30 Deputados votantes na votação anterior e temos ainda projetos importantes a serem votados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Professor Lemos, não o vejo no Plenário. Olha, o nosso quórum está em 33 neste momento. Vamos encerrar a votação: **[Votaram Sim:** *Gilberto Ribeiro, Goura, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Mabel Canto, Marcio Nunes, Requião Filho, Soldado Fruet e Tadeu Veneri (9 Deputados); Votaram Não:* *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Bazana, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Homero Marchese, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcio Pacheco, Maria Victória, Nelson Justus, Paulo Litro, Plauto Miró, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (24 Deputados); Não Votaram:* *Ademar Traiano, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Gilson de Souza, Guto Silva, Jonas Guimarães, Marcel Micheletto, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Luersen, Nereu Moura, Professor Lemos, Reichembach e Rodrigo Estacho (21 Deputados).] Com 9 votos favoráveis e 24 votos contrários, **está rejeitada a Emenda.***

ITEM 5 – 2.^a Discussão do Projeto do Projeto de Lei n.^º 164/2022, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Mulheres Rurais Casa da Cultura Góes Artigas. Parecer favorável da CCJ. Em discussão o Projeto. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Pedimos o voto “sim”, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Perdão, quero corrigir o meu voto anterior, voto “não”. Perdão.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Devidamente registrado, Deputado. Deputado Plauto, por favor, o seu voto. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Bazana, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco*

Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Nelson Justus, Paulo Litro, Plauto Miró, Requião Filho, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (33 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Gilson de Souza, Guto Silva, Jonas Guimarães, Marcel Micheletto, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Luersen, Nereu Moura, Professor Lemos, Reichembach e Rodrigo Estacho (21 Deputados).] Com 33 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto do Projeto de Lei n.º 164/2022.

ITEM 6 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 794/2019, de autoria da Deputada Maria Victória, que concede o Título de Capital da Polpa ao município de Japurá. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Em discussão o Projeto. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): A Oposição pede voto “sim”.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Pedimos o voto “sim”, Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada: [Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Bazana, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Nelson Justus, Paulo Litro, Plauto Miró, Requião Filho, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (32 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado

Jacovós, Dr. Batista, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Guto Silva, Jonas Guimarães, Marcel Micheletto, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Luersen, Nereu Moura, Professor Lemos, Reichembach e Rodrigo Estacho (22 Deputados).] Com 32 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 794/2019.

ITEM 7 – 1.º Discussão do Projeto de Lei n.º 263/2021, de autoria do Deputado Anibelli Neto, que institui a Semana Estadual de Promoção à Saúde Mental nas Escolas. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Saúde Pública e Comissão de Educação. Substituto geral da CCJ. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Pedimos o voto “sim”, Sr.º Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Tiago, por favor, seu voto. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Bazana, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Nelson Justus, Paulo Litro, Plauto Miró, Requião Filho, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (32 Deputados); Não Votaram:* *Ademar Traiano, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Guto Silva, Jonas Guimarães, Marcel Micheletto, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Luersen, Nereu Moura, Professor Lemos, Reichembach e Rodrigo Estacho (22 Deputados).] Com 32 votos favoráveis e nenhum voto contário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 263/2021.*

ITEM 8 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 148/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 23/2022, que altera dispositivos da Lei n.^º 823, de 1.^º de dezembro de 1951; da Lei n.^º 10.898, de 22 de agosto de 1994; da Lei n.^º 12.726, de 29 de novembro de 1999; da Lei n.^º 16.944, de 10 de julho de 2012, e dá outras providências. Parecer favorável da CCJ. Em discussão o Projeto. Com certeza o Deputado Tadeu já estudou bem.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputado Tadeu.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, o Projeto de Lei n.^º 148/2022, que faz alteração dos dispositivos da Lei n.^º 823, de 10 de dezembro de 1951 e seguintes, ele faz, na verdade prevê uma alteração na redação dos artigos de cada lei, que é a instituição dos fundos especiais. Irá adequar a legislação estadual ao contido no acórdão 3.363 de 2020, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, nos autos incidentes de constitucionalidade 99753016. Na verdade, Sr. Presidente, o que estamos fazendo aqui é uma alteração, porque a lei, quando questionamos a transferência dos recursos que ficavam nos fundos para a conta única do Tesouro, à época votamos isso aqui, e votamos inclusive contrário, houve depois entendimento do Tribunal de Contas que não poderia haver, com exceção de alguns fundos, não poderia haver essa transferência. E o acórdão do Tribunal de Contas do Estado declarou nulas as normas que preveem a transferência de superávit financeiro dos fundos para o Tesouro Estadual e que autorizavam a utilização dos fundos para o pagamento de despesas de pessoal e encargos sociais, que é o que está acontecendo agora. O acórdão declarou nulas as normas que preveem a transferência de superávit financeiro do fundo do Tesouro Estadual e autorizava a utilização dos fundos para o pagamento de despesa de pessoal e encargos. A atual reforma da redação dos artigos vigentes, não resolve, no nosso entendimento, não resolve o problema legal. A partir da comparação com os dispositivos supracitado do acórdão 3.363 de 2020 do Pleno

do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, avalia-se que a atual redação dos artigos 3.º, 4.º, 6.º, 7.º, 9.º, 12, 14, 17, do Projeto de Lei 148/2022, merece total e integral retificação. Nesse sentido, Sr. Presidente, entendemos que no mérito, Deputado Tiago, somos totalmente favoráveis, que você tenha recursos, que pague o pessoal. O problema é que já há um acórdão do Tribunal não aceitando e dizendo que você não pode transferir os recursos que são do fundo para pagamento de pessoal. Então, nesse sentido a Deputada Luciana me permitiu que fizesse aqui o esclarecimento do projeto, e vamos, a Deputada Luciana libera a Bancada, entendemos que é constitucional, mas obviamente que os Deputados que entenderem de forma diferente vão votar diferente. Por isso, não vou falar em meu nome pessoal, mas está liberada a Bancada para votar, porque há um entendimento de constitucionalidade e há o mérito do projeto em si.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Senhor Presidente, *pela ordem.*

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Só queria encaminhar, se o Líder do Governo, Deputado Tiago Amaral, pudesse esclarecer, quais são essas duas leis que estão sendo revogadas? Porque não consta aqui do processo legislativo.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Alterações, dispositivo da Lei n.º 823, de 1.º de dezembro 1951; 10.898, de 22 de agosto de 94; 12.726, de 29 de novembro de 99; 16.944, de 10 de dezembro de 2011, e algumas outras. Já fazendo o encaminhamento, Sr. Presidente, quero tranquilizar inclusive a todos, até, Deputado Tadeu, fizemos essa discussão, Deputado, na CCJ, e fiz lá um esclarecimento que, na verdade, a Lei do Direito Financeiro e a Lei de Responsabilidade Fiscal n.º 101 são as leis que regem de fato a organização desses fundos, seja ele fundo contábil ou fundo financeiro, elas estipulam que a utilização para pagamento de pessoal e de encargos sociais dos recursos frutos do superávit desses fundos, só é possível desde que haja autorização ou previsão

expressa das leis que criaram cada um desses fundos. E é justamente isso que está sendo feito. Está sendo feita a alteração na legislação de criação de cada um desses fundos, prevendo que eles possam de fato utilizar os seus recursos para pagamento de encargos e de despesas com pessoal. Isso no que diz respeito à constitucionalidade é o que, de fato, legitima esta ação. Esta é a solicitação que foi feita, inclusive o entendimento que se tem em nível de Tribunais de Contas e outros órgãos fiscais. Quero garantir a todos os senhores que este procedimento está absolutamente correto, absolutamente legal e peço o voto de todos. Não só da Base, mas, também, da Oposição, já que, no mérito, o próprio Deputado Tadeu Veneri faz essa ressalva da importância que tem essa legislação, porque hoje têm muitos programas que não conseguem ser executados e que são ligados a esses fundos, porque não temos condições de pessoal para fazer esse atendimento. É fundamental a aprovação dessa Lei.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): *Pela ordem, Sr. Presidente.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem, Deputado Tadeu Veneri.*

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Só para esclarecer, também, Deputado Romanelli é Lei n.º 18.375 de 2014, que foi declarada inconstitucional pelo Tribunal de Contas conforme o Acórdão 3.363 de 2020. Essa Lei que estão revogando. O meu voto será contrário, minha Líder me liberou. Meu voto será contrário por entender que é inconstitucional.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando.

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Pedimos o voto “sim”, Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Bazana, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Francisco Bührer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Homero Marchese, Luiz Carlos Martins, Luiz**

Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Nelson Justus, Paulo Litro, Plauto Miró, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (28 Deputados); Votaram Não: Requião Filho e Tadeu Veneri (2 Deputados); Abstenção: Luciana Rafagnin e Soldado Fruet (2 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Guto Silva, Jonas Guimarães, Marcel Micheletto, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Luersen, Nereu Moura, Professor Lemos, Reichembach e Rodrigo Estacho (22 Deputados).] Com 28 votos favoráveis, 2 votos contrários e 2 abstenções, está aprovado o Projeto de Lei n.º 148/2022.

ITEM 9 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 178/2022, de autoria do Deputado Marcio Nunes, que concede o Título de Utilidade Pública ao PAS Cianorte – Programa Ação Solidária de Cianorte, com sede no município de Cianorte. Parecer favorável da CCJ. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Pedimos o voto “sim”.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Preciso que os Sr.^s Deputados votem. Deputado Guerra, por favor, seu voto. Estamos com o quórum muito baixo. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Bazana, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Nunes, Maria Victória, Nelson Justus, Paulo Litro, Plauto Miró, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (29 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Cantora Mara Lima, Cobra**

Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Guto Silva, Jonas Guimarães, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Luersen, Nereu Moura, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Rodrigo Estacho e Tião Medeiros (25 Deputados).] Com 29 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 178/2022.

ITEM 10 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 181/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 30/2022, que altera dispositivos da Lei n.º 18.913, de 7 de dezembro de 2016, cria a função comissionada de confiança do Ipem/PR e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO TIAGO AMARAL (PSD): Pedimos o voto “sim”.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): A Bancada da Oposição está liberada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Tiago, seu voto, por favor. Deputada Bazana, votou? Ainda o voto do Deputado Plauto. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Bazana, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Homero Marchese, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Nelson Justus, Paulo Litro, Plauto Miró, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Tiago Amaral (25 Deputados); **Votaram Não:** Mabel Canto e Soldado Fruet (2 Deputados); **Abstenção:** Goura (1 Deputado); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Marcel Micheletto, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Luersen, Nereu Moura, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Tadeu Veneri e Tião Medeiros (26 Deputados).] Com 25

votos favoráveis, 2 votos contrários e 1 abstenção, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 181/2022.**

REQUERIMENTOS.

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 1574/2022, do Deputado Marcio Nunes, solicitando o envio de ofício ao Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, Sr. Fernando Furiatti Saboia, requerendo em caráter de urgência a reativação do sistema de iluminação nas praças de pedágios; **Requerimento n.º 1575/2022**, do Deputado Marcio Pacheco, solicitando o envio de ofício ao Secretário de Estado da Saúde, Dr. Cesar Augusto Neves Luiz, requerendo com prioridade a ampliação do número de leitos hospitalares pelo SUS no município de Cascavel; **Requerimentos n.ºs 1576, 1577 e 1578/2022**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o envio de votos de pesar às famílias pelo falecimento de: ex-Vereador de Curitiba Edhen Abib; Ygor Szlachta; e João Carlos Machado; **Requerimento n.º 1579/2022**, da Deputada Cantora Mara Lima, solicitando o registro de menção honrosa à Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Jaguapitá; **Requerimento n.º 1580/2022**, do Deputado Michele Caputo, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado, com indicação legislativa de Projeto de Lei para dispor sobre a isenção de taxas do processo de licenciamento do corpo de bombeiros aos circos e teatros de pavilhão no Estado do Paraná; **Requerimento n.º 1581/2022**, do Deputado Alexandre Amaro, solicitando o registro de menção honrosa à Sr.^a Cristiane Justino Venâncio; **Requerimento n.º 1583/2022**, do Deputado Professor Lemos, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Educação, Sr. Renato Feder, para que empreendam esforços no sentido de reabrir o Centro Regional de Apoio Pedagógico Especializado – Crape, do Núcleo Regional de Educação de Cascavel.

Requerimentos com despacho do Presidente.

Ao Cerimonial, à Diretoria Geral e à Diretoria Legislativa para providências: Requerimento n.º 1587/2022, do Deputado Alexandre Amaro, solicitando o uso do Pequeno Expediente da Sessão Plenária Ordinária do dia 31 de maio, para homenagem da Sr.^a Cristiane Justino Venâncio.

À Diretoria Legislativa para providências: Requerimento n.º 1585/2022, do Deputado Marcio Nunes, Líder do Bloco PSD/MDB, solicitando a indicação dos Deputados que compõem o Bloco PSD/MDB para as Comissões: Comissão de Finanças e Tributação, Deputado Ricardo Arruda como membro titular e Deputado Marcel Micheletto como membro suplente; Comissão de Tomada de Contas, Deputado Ricardo Arruda como membro titular e Deputado Jonas Guimarães como membro suplente, e Deputado Bazana como membro titular e Deputado Marcel Micheletto como membro suplente; Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda, Deputado Tiago Amaral como membro titular e Deputado Francisco Bührer como membro suplente, e Deputado Ricardo Arruda e Deputado Galo como membro titular; Comissão das Relações Federadas e Assuntos Metropolitanos, Deputado Tiago Amaral como membro titular e Deputado Francisco Bührer como membro suplente; Deputado Ricardo Arruda e Deputado Galo como membro titular; Comissão de Revisão e Consolidação Legislativa, Deputado Ricardo Arruda como membro titular e Deputado Delegado Jacovós como membro suplente; **Requerimento n.º 1586/2022**, dos Deputados Soldado Fruet e Michele Caputo, solicitando a inclusão do Deputado Soldado Fruet como coautor do Projeto de Lei n.º 111/2022.

Justificativas de ausência.

Deferido conforme o art. 97, § 3º, I do Regimento Interno (por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico): **Requerimento n.º 1584/2022**, do Deputado Cobra Repórter, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 23 de maio de 2022.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia

31 de maio de 2022, à hora regimental, **Audiência Pública do Secretário de Estado da Fazenda para apresentação do cumprimento das metas fiscais do 1.º quadrimestre do exercício de 2022.**

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 11h44, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)